



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

ELIZABETE RICARTE DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO SOBRE AS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA.**

ITAPORANGA – PB

2014

ELIZABETE RICARTE DA SILVA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ESTUDO DE CASO SOBRE AS
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE MATEMÁTICA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Prof.^a Me. Carla Maria Dantas Oliveira

ITAPORANGA – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586e Silva, Elizabete Ricarte da

Educação de Jovens e Adultos: estudo de caso sobre as práticas pedagógicas do ensino de matemática [manuscrito] : / Elizabete Ricarte Da Silva. - 2014.

48 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Carla Maria Dantas Oliveira, Departamento de Pós-Graduação Lato Senso".

1. Práticas Pedagógicas. 2. Ensino de Matemática. 3. EJA. 4. Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 371.3

ELIZABETE RICARTE DA SILVA

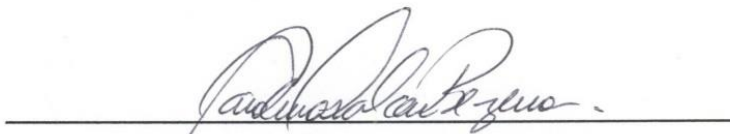
**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
ESTUDO DE CASO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO
DE MATEMÁTICA.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 29 / 07 / 2024



Prof.^a Me. Carla Maria Dantas Oliveira - UEPB
Orientadora



Prof.^a Me. Carolina Cavalcanti Bezerra - UEPB
Examinadora



Prof.^o Dr. Leonardo Mota - UEPB
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho com todo amor do mundo, a minha família, meu presente de Deus, que nos momentos de desanimo, me motivou e, acima de tudo, me incluía em suas orações para que eu seguisse em frente, guiada pelo Espírito Santo. Em especial, minha maravilhosa mãe, exemplo de mulher guerreira, fortaleza e dedicação.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por tudo que tem feito, possibilitando a realização do meu sonho, ensinando-me a superar todas as dificuldades que encontrei durante a caminhada às quais tornaram minha vitória mais saborosa. Obrigada por tudo!

Aos meus pais, pessoas que sigo como exemplo, por todo amor e dedicação, por terem sido peça fundamental para que eu tenha me tornado a pessoa que hoje sou, sempre me apoiaram e me fizeram acreditar que nada é impossível. A meus irmãos pelo carinho e atenção, em especial minha irmã, Cleonice Ricarte da Silva (Tita) que sempre me ajudou quando eu mais precisei. A meu filho Mackaliston Ricarte Casusa por ter me apoiado e participado dessa jornada, como também minha nora Danielly Bezerra de Moraes Casusa por ter me apoiado nessa trajetória.

A todos os meus amigos e amigas, Gerlândia, Ribamar, Germones, Elizabete Juca, Luza, Anália em especial Salete a qual estive sempre ao meu lado me apoiando e ajudando, o meu mais sincero agradecimento por ter participado ativamente dessa jornada.

Aos amigos que conquistei durante o curso. De modo particular, aqueles que estiveram ao meu lado: Eduardo, Corrinha, Cleonice, Anália, Nininha, pela amizade que construímos e por todos os momentos que compartilhamos, guardei com muito carinho as lembranças desse tempo junto. Sem vocês essa trajetória não seria tão prazerosa.

A minha orientadora, Carla Maria, pelos ensinamentos durante o curso e pela dedicação no auxílio e contribuição à realização desse trabalho. O meu muito obrigado.

Enfim, quero agradecer a todos que contribuíram direto e indiretamente para a realização desta etapa tão importante em minha vida. O meu eterno AGRADECIMENTO.

[...] O educador tende a ser um mediador mais eficaz quando acredita no aluno, criando situações propícias para sua aprendizagem e desenvolvimento. Porém, quando existe uma expectativa negativa em relação às possibilidades do aprendiz, o professor tende a não se esforçar muito, pois não acredita que este possa corresponder ao que dele se espera (MIRANDA, 2008, p. 18).

RESUMO

Neste trabalho monográfico investigamos as práticas pedagógicas expressas no ensino de matemática dentro da 'Educação de Jovens e Adultos' (EJA), bem como a relevância da EJA para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva do ponto de vista do acesso igualitário à educação formal. Para responder a contento às perguntas acima expostas, o estudo utilizou-se da pesquisa documental/bibliográfica como metodologia qualitativa necessária à obtenção dos dados que alcançassem o objetivo de diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelo público da EJA em relação à aprendizagem dos conteúdos matemáticos. Os resultados obtidos nos permitiram concluir que os alunos da EJA desejam aprender na escola um conteúdo que esteja mais próximo de seu cotidiano, uma Matemática prática, funcional, que possa ser aplicada em seu cotidiano, no mercado de trabalho e com isso, possa lhes possibilitar uma melhoria no seu campo profissional e consequente ascensão social.

Palavras-chave: Práticas-Pedagógicas. Ensino de Matemática. EJA. Aprendizagem.

ABSTRACT

In this monograph investigated the pedagogical practices expressed in mathematics teaching within the 'Education for Youth and Adults' (EJA) as well as the relevance of adult education to build a more just and inclusive society in terms of equal access to education formal. To respond satisfactorily to the above questions, the study used the document / literature review and qualitative methodology required to obtain the data they reached the goal of diagnosing the difficulties faced by the public of AYE towards learning of mathematical content. The results allowed us to conclude that the students want to learn in school EJA content that is closest to your everyday, practical mathematics, functional, you can apply in their daily lives, in the labor market and thus, can allow them a improvement in their professional field and consequent social mobility.

Keywords: Pedagogical Practices-. Teaching of Mathematics. EJA. Learning.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	11
2 -A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL.....	13
2.1 – Políticas Públicas Educacionais.....	21
3 - A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	23
3.1 - A EJA e a Dura Realidade Enfrentada pelos Docentes e Discentes.....	25
4 - O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NA EJA.....	30
4.1 - Pedagogia Freireana: Uma Referência para a Educação de Jovens e Adultos.....	30
4.2 - As Deficiências Enfrentadas pelos Alunos da EJA nos Conteúdos Matemáticos.....	33
4.3 - A Importância do Conhecimento Matemático.....	38
4.4 - As práticas para se Desenvolver o saber Matemático para o Aluno.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Muitas são as dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem da Matemática, tanto por parte dos alunos, quanto por parte dos professores, produzindo-se um status que será negativo para seu estudo. Vários autores, ao tratarem destas dificuldades, utilizaram os mais diversificados termos e definições para tentar caracterizá-las, sem, contudo, estabelecerem um conceito sobre elas. Por exemplo, os termos mais utilizados na escola são: dificuldades ou problemas de aprendizagem. Essas dificuldades ou problemas referem-se a alguma desordem na aprendizagem do aluno, que provém de fatores reversíveis e que, normalmente, não têm causas orgânicas.

Este trabalho pretende investigar as dificuldades existentes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem da Matemática, expressos muitas vezes como falta de interesse por parte dos alunos, trazendo à tona discussões amplas sobre o que poderia despertar nos alunos o interesse por essa disciplina. É do conhecimento de todos os professores que, com o passar dos anos ainda se mantêm muitas dificuldades encontradas na aprendizagem dos conteúdos escolares nas áreas das exatas.

Os problemas de aprendizagem da matemática têm se tornado cada vez mais comum no nosso dia-a-dia, onde os educadores adotam medidas que contribuem para minimizar as dificuldades que os alunos enfrentam, adotando várias metodologias para que os mesmos despertem para essa disciplina e o entendimento dos conteúdos abordados.

Sendo assim, esse trabalho procurou identificar as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino da matemática.

A EJA é uma modalidade de ensino voltada a atender pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade regulamentada. A Educação de Jovens e Adultos tem como conceito um processo permanente de organização de grupos para a reflexão e discussão de variadas temáticas, assuntos, situações, escolhas e caminhos a serem percorridos sendo destinada a alunos que não conseguiram frequentar a escola com a idade regular.

Para o desenvolvimento e fundamentação de nossa pesquisa e o cumprimento do objetivo proposto, realizamos em um primeiro momento uma análise sobre os fundamentos que constituíram, em momentos distintos da história nacional, as bases de formação que preconizaram a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, onde podemos perceber as várias concepções pedagógicas que nortearam esta política pública educacional.

Em um segundo momento, trazemos a problemática da desigualdade social, como um dos elementos caracterizadores do alto índice de analfabetos existentes em nossa sociedade. A educação faz parte da vida do indivíduo, formando-o e humanizando-o de acordo com os pressupostos culturais e legais do mundo social. Nesse contexto, percebemos como a escola, através das políticas públicas educacionais vêm transformando esse espaço para atender as novas demandas e necessidades dos indivíduos, como a Educação de Jovens e Adultos.

Em um terceiro e último momento de nossa análise, trazemos a discussão, a pedagogia libertadora de Paulo Freire e sua importante contribuição na construção de uma nova visibilidade à educação de jovens adultos no Brasil e de como vem sendo desenvolvido o ensino-aprendizagem da matemática na EJA, está como ferramenta que lhe proporciona meios para serem inseridos no mercado de trabalho e na sociedade globalizada, enfatizando que a matemática é útil na compreensão mais profunda do mundo, e na formação do cidadão. Também constitui esse momento, uma análise sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA nos conteúdos matemáticos apresentados em sala de aula.

2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

A trajetória educacional do desenvolvimento histórico da EJA no Brasil passou por momentos de avanços e retrocessos. O processo de constituição dessa modalidade de ensino é extremamente complexa e transcende a questão educacional, pois configura-se na construção de uma perspectiva de mudança social.

No Brasil, a preocupação com a educação de jovens e adultos inicia-se no período colonial, através do processo de colonização e especificamente com a chegada dos jesuítas. A catequização indígena foi produzida na aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo aos indígenas adultos com o propósito de transmitir e incutir valores morais próprios da cultura portuguesa. Essa prática de alfabetização do idioma por parte dos colonizadores era utilizada como ferramenta de cristianização e aculturação dos nativos.

Este programa tinha interesses em mudar o homem de suas raízes indígenas culturais e também utilizar esse elemento de forma a dificultar os ataques de outras tribos que não aceitavam a imposição portuguesa. A educação se resumia a catequese e ao conhecimento agrícola e maquinário rudimentar da época, tendo em vista que a ênfase na leitura e escrita era menosprezada.

De acordo com Piletti (1996, p. 68), “os jesuítas foram expulsos das colônias em 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, em função de radicais diferenças de objetivos”. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Com a vinda da família real portuguesa para a sua colônia, o Brasil, fez-se necessário uma reorganização do sistema de ensino existente, com vistas a atender uma nova demanda.

Foram criados cursos de caráter marcadamente utilitário, em nível superior, como o de Medicina, Agricultura, Economia Política, Química e Botânica, além das Academias Militares; para favorecer a vida cultural criaram-se as Academias de Ensino Artístico, o Museu Real, a Biblioteca Pública, a Imprensa Régia, entre outras iniciativas (PAIVA, 1987, p. 60).

No período Imperial Brasileiro (1822–1899), processa-se a existência de uma reorganização da sociedade brasileira, onde a educação escolar fazer-se há como elemento constituidor dessa transformação. Com o intuito de atingir toda a população, inclusive a pobre e analfabeta, foram abertas escolas noturnas afim de civilizar a população tida como incapaz e improdutiva e sarar a doença do analfabetismo que assolava a população brasileira e o levava-o a categoria de país inculto e atrasado.

Segundo Paiva apud Friedrichetal (2010) no dia nove de janeiro de 1881 foi o período pela qual surgiu o decreto nº 3.029, em que ficou conhecido como lei Saraiva, uma homenagem ao Ministro do Império José Antônio Saraiva, responsável pelo título de eleitor. A lei Saraiva tinha o objetivo de civilizar e tornar o analfabeto apto a votar, instituindo-se com ela a primeira reforma eleitoral do Brasil, onde o voto dos analfabetos fora proibido e a educação considerada ascensão social. Desta forma, o analfabeto seria excluído socialmente.

O desenvolvimento industrial que teve início no século XX deu início a um grande crescimento pela procura de formação de jovens e adultos, não somente com o interesse de formação para a cidadania mais para construção de um conhecimento em mão de obra como mostra o texto da proposta curricular da EJA a seguir.

A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país. Neste período, a sociedade brasileira passava por grandes transformações, associadas ao processo de industrialização e concentração populacional em centros urbanos. A oferta de ensino básico gratuito estendia-se consideravelmente, acolhendo setores sociais cada vez mais diversos (BRASIL,1997 p. 30).

O Governo Brasileiro percebe que há um elevado índice de adultos alfabetizados no país. Com a chegada do fim da ditadura da era Vargas em 1945 os ideais são renovados, e neste mesmo ano criou-se a entidade UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

Em 1947 o governo lança a 1ª Campanha para jovens e adultos que tinha o objetivo de alfabetizar em um período de 3 meses.

Depois, seguiria uma etapa de “ação em profundidade”, voltada à capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Nos primeiros anos, sob a direção do professor Lourenço Filho, a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-os às diversas regiões do país. Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; iniciativas voltadas à ação comunitária em zonas rurais não tiveram o mesmo sucesso e a campanha se extinguiu antes do final da década. (Proposta Curricular, RIBEIRO et al, 1997, p. 25).

Conforme dito por Soares (1998, p. 32), “a 1ª campanha foi criada por dois motivos: No 1º momento a ONU fez com que os países olhassem com um olhar crítico a educação de jovens e adultos vividos na era pós guerra”. Já no segundo veio a partir do fim do estado novo, que visava um aumento da quantidade de eleitores no país.

Segundo Gadotti (2001, p.120) “a educação de jovens e adultos propriamente dita no Brasil, pode ser dividida em três períodos”:

- 1º Período (1946 a 1958) - Nesta época foram criadas grandes campanhas de iniciativa oficial, denominadas de “cruzadas”, para que o fim do analfabetismo chegasse, acabando assim com a doença do analfabetismo.
- 2º Período (1958 a 1964) - No ano de 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos que contou com a presença de Paulo Freire. A partir daí a educação de adultos era entendida de acordo com as causas do analfabetismo, como educação de base dita com as reformas de base, instruída pelo governo de Joao Goulart. Com o golpe militar em 1964, os CPCs (centros populares de cultura) foram extintos junto com o MEB (movimento de educação de base) em 1969, os mesmos foram bastante influenciados por essas ideias do 2º período.
- 3º Período- O governo militar insistia em campanhas como a “Cruzada do ABC” (ação básica crista) e sem seguida com o MOBREAL.

O país vivenciava muitas transformações políticas e econômicas, onde a história da educação brasileira é marcada pela expansão do ensino supletivo, objetivando alargar a alfabetização de adultos no país, pois o problema era a sua lógica em sistematizar a alfabetização de adultos semelhante à alfabetização desenvolvida para as crianças, sem levar em conta as especificidades da criança jovem e adulta. Convém destacar algumas outras campanhas governamentais em prol da educação nacional: a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos (1940); A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) no ano de 1947; o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos (1947) e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos (1949).

Entre as décadas de 1950 e 1960, observa-se um avanço significativo na concepção da educação de jovens e adultos no Brasil. Paulo Freire se torna o referencial para esta mudança, trazendo em suas bases conceituais um novo método para se pensar esta categoria de ensino-aprendizagem. Era a concepção emancipatória, onde o homem deveria ser visto como um vaso vazio a ser preenchido, mas sim com uma vivência que deveria ser percebida e valorizada no processo de ensino-aprendizagem. Mas, infelizmente esta proposta foi sufocada durante o período militar no país e substituída pelo MOBRAL (1967), onde a metodologia utilizada tinha poucas semelhanças com a proposta freiriana, na medida em que todo o conteúdo crítico e problematizado foi esvaziado. O estado exercia uma função coercitiva que se justificava no discurso manter a ordem social.

[...] buscava-se ampliar junto às camadas populares as bases sociais de legitimidade do regime, no momento em que está se estreitando junto às classes médias em face do AI-5, não devendo ser descartada a hipótese de que tal movimento tenha sido pensado também como instrumento de obtenção de informações sobre o que se passava nos municípios do interior do país e na periferia das cidades e de controle sobre a população. Ou seja, como instrumento de segurança interna. (PAIVA, 1982, p. 99).

O MOBRAL foi criado para ser um sistema de controle da população, inclusive a rural. Com a redemocratização em 1985 e a instauração da nova República, o movimento MOBRAL foi extinto.

No período de 1974, foi proposto pelo MEC uma implementação dos centros de estudos supletivos (CES), que se organizavam em menos tempo, custo e efetividade. Pela época do vivido pelo país, estavam ocorrendo vários acordos com o MEC e o USAID, e com isso estes cursos foram influenciados pelo tecnicismo. Como causas desta, ocorreu então a evasão, a individualização, o pragmatismo e a certificação rápida e superficial (SOARES, 1996). Com a abertura política nos meados dos anos 80. As experiências e as experiências paralelas de alfabetização, desenvolvidos num formato crítico, ganharam foco. Sugiram então os projetos de pós alfabetização, que enfatizava o avanço na linguagem escrita e na matemática básica.

A população crescia e se modernizava no passo do crescimento das grandes cidades e expansão dos espaços urbanos, percebia-se novas realidades sociais e econômicas e a necessidade de integrar as grandes massas de cidadãos. E com isso reconhecemos que a primeira reforma educativa produzida no Brasil, com o Marquês de Pombal, visando atender os interesses do Estado, se estabelecia nesse novo contexto, em parceria com a economia industrial.

As reformas do ensino primário e médio, que a promulgação das Leis Orgânicas, fez com que o ensino técnico-profissional passasse a ser organizado segundo as áreas da economia. Podemos perceber um espaço educacional que se reformula na necessidade de atender uma nova demanda de cidadãos, que povoam as zonas urbanas, estas formadas por um mercado que exige trabalhadores mais qualificados e específicos.

O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Internacional) vem com o objetivo de corroborar com a sociedade capitalista, formando parcerias com a educação de adultos e a educação profissional. Nesta mesma década o professor Anísio Teixeira criou o Fundo Nacional de ensino primário (FNEP), onde o mesmo se preocupava com a desigualdade cultural dos municípios, ocasionando também a desigualdade na formação dos educandos. Portanto para minimizar essa disparidade, ele propôs um custo padrão entre os municípios, redistribuindo os recursos para a educação fundamental. Contudo, outra passagem muito relevante dessa trajetória foi a Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos.

De acordo com Gadotti (2001) foi criado no ano de 1989 a comissão Nacional de Alfabetização, que inicialmente era coordenada por Paulo Freire e sucessivamente por

José Eustáquio Romão. Esta Comissão continua até hoje com o objetivo de elaborar diretrizes para a formulação de políticas de alfabetização a longo prazo que era de obrigação do governo federal que nem sempre são assumidas.

No ano de 2003 durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a EJA volta a ser prioridade do Governo Federal tendo em vista que a entidade passou a ser de responsabilidade dos estados e municípios. Foi criada a secretaria extraordinária para erradicação do analfabetismo.

O Programa Brasil Alfabetizado é um dos vários criados por essa secretaria, que para Paulo Vieira não pode ser desenvolvida de forma isolada com programas como o Brasil alfabetizado.

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independentemente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Em meados da década de 90 do século XX surgiram as primeiras políticas públicas de educação de jovens e adultos que mostravam um método inovador e participativo que focava o dia-a-dia dessa população. A partir das conferências organizadas pela UNESCO pode-se perceber que houve um reconhecimento internacional sobre a importância da EJA para a consolidação da cidadania e formação cultural.

Com base nesses estudos há de se perceber uma correlação da educação com as políticas públicas, deste modo para melhor compreensão do assunto a necessidade de definição do assunto que é citado por Souza.

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003, p. 13).

Se políticas públicas é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer o mesmo acarretará nas políticas públicas educacionais, isso quer dizer que se trata de um foco mais específico do tratamento perante a educação, que em geral se adere as questões escolares. Essa informação é muito importante pois, a educação é algo que vai além do ambiente escolar, mas em tudo que se aprende socialmente como por exemplo na família, na igreja, no trabalho, na rua, etc.

Em 1996 na cidade de Natal, Rio Grande do Norte foi criado no âmbito da educação de jovens e adultos o programa Alfabetização Solidária, durante um seminário Nacional da EJA que transitou no congresso nacional e pouco foi discutido com a sociedade. A função deste programa é alfabetizar jovens e adultos em um período de 5 meses, sendo financiado pelo governo e em parceria com universidades e empresas privadas. A líder deste programa era Ruth Cardoso, esposa do então presidente Fernando Henrique Cardoso, já falecida.

Conforme dito por Haddad (1994), nos dias atuais há uma grande tendência a descentralização do EJA para os estados e municípios, passando a ter uso dos meios de comunicação em massa dos grupos empresariais.

Têm apontado para o descuido persistente nas formas de recepção organizada, instrumento central em processos de ensino/aprendizagem desta modalidade. Tem cabido aos grupos empresariais da

telecomunicação a produção dos programas educativos, em grande parte com recursos públicos: às secretarias estaduais cabe o acompanhamento organizado, com todas as dificuldades pela instalação e manutenção dos tele postos, bem como a formação e remuneração dos professores. A história recente deste país tem mostrado um gradativo afastamento das secretarias estaduais e municipais dos processos televisivos ou radio educativos existentes. (HADDAD, 1994, p.99-100).

Destaca-se que estes programas educacionais de grandes grupos de comunicação no país são encaminhados por instituições públicas e mantido com recursos públicos. Com isso as empresas passam uma imagem de responsabilidade social falsa para a população.

Constata-se um grande número de experiências desenvolvidas, percebe-se que o problema do analfabetismo no país teve repercussão em vários governos e a cada um deles era criado um programa para mostrar ser o salvador da pátria. Mas todos tiveram negatividade pelos programas serem de má qualidade, não se levou em conta as diferentes realidades dos seus educandos, e por não terem recursos financeiros aplicáveis para solucionar um problema tão complexo.

Dos vários programas lançados no passado, vale ressaltar o Programa Nacional de Alfabetização, que foi inspirado no método de Paulo Freire. Foi desenvolvido no ano de 1964 e que foi desenvolvido no governo de Joao Goulart. Este método freiriano tinha como pressuposto de que os educandos são pessoas ativas no processo educativo, sendo que não são apenas históricos tendo capacidade de criar e recriar sua própria cultura. A pedagogia revolucionária de Paulo Freire, era assim definida:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se a práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens em processo permanente de libertação (FREIRE, 1983, p.44).

“Para o mesmo, os homens devem se sentir sujeitos de seus próprios pensar, tendo sua visão do mundo, sendo manifestada implicitamente ou explicitamente, com suas sugestões ou nas de seus companheiros”. (FREIRE, 1987, p.120).

“Com a extinção da Fundação Educar em 1990 até 2002, as políticas públicas deixam um rastro de ausência nos investimentos no campo educacional. Na área institucional e organizacional a educação básica e de direito social para todos, passando cada vez mais a ser encarada como uma prestação de serviço adquirida no mercado”. (FRIGOTTO, 2002, p.59).

Uma fase muito importante que merece ser ressaltada é quando o governo brasileiro sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). É importante ressaltar que o governo brasileiro, sob a presidência, buscou adequar o sistema de ensino à reforma do Estado brasileiro, imposta pela conjuntura econômica internacional. Nesta mesma época as políticas educacionais brasileiras, eram subordinadas a férrea teoria dos organismos internacionais. Essas reformas foram pautadas pelo desmonte da esfera dos direitos. Com isso começaram a produzir políticas de alívio a pobreza (FRIGOTTO, 2002, p.57).

Há de se fazer um estudo mais profundo sobre as políticas públicas no Brasil, tendo em vista que a EJA no país teve forte influência por seus governadores, necessitando assim a compreensão do que e seus conceitos.

Nesse breve histórico sobre o contexto da educação de jovens e adultos no Brasil, podemos perceber as diversas funcionalidades de suas propostas, diretamente relacionada às transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil constituem-se até os dias atuais ainda como desafio.

2.1 - Políticas Públicas Educacionais

Os debates em torno das políticas públicas tomaram-se extremamente ampla nas últimas décadas, haja vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, necessários à prática da governabilidade. Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os

governos se mantenham estáveis e funcionais. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos que caracterizam as políticas públicas.

Portanto, entendemos as políticas públicas como sendo tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer e mais especificamente no âmbito da educação, tudo que em geral se aplica às questões escolares. De acordo com Torres (2003) o conceito de políticas educacionais necessita de uma ação do Estado.

Uma sociologia política da educação deriva das teorias do Estado, e critica as análises convencionais ou dominantes porque a estas falta uma abordagem holística ou abrangente dos determinantes da formulação de políticas. Em um nível mais alto de abstração, por exemplo, falta abordagens convencionais da formulação de políticas a capacidade de relacionar o que acontece nas escolas e nos locais de educação não-formal o que ocorre na sociedade relativamente à dinâmica do processo de acumulação do capital e de legitimação política (TORRES, 2003, p. 80).

Para o mesmo, esta teoria crítica do poder e do Estado é um foco necessário para compreender a formação das políticas educacionais e as manifestações propostas e instituídas para a educação no decorrer do tempo. Precisa-se então entender que a história da educação está em andamento de definição dos seus objetivos, métodos e concepções teóricas e metodológicas, num exercício de fazer-se.

Com esta característica que a história pode assumir de multiplicidade de aspectos a faz muito inerente, por ser uma ciência social, possui um aspecto multifacetada quanto a sociedade que visa estudar. Além deste podemos visualizar a pouca familiaridade dos historiadores, com o trato da teoria, com a reflexão filosófica e a epistemologia da ciência, o que faz dos historiadores por vezes vítimas da falta de preparo científico e filosófico (SAVANI, 1998).

Em meados do Brasil colônia, a organização política criada na grande propriedade, mão-de-obra escrava e no sistema de poder representado pela família patriarcal, não necessitava da educação escolar como forma de reproduzir a ordem econômica e social vigente, uma vez que esta era desnecessária a qualificação da mão-de-obra para os trabalhos rudimentares que eram exercidos na Colônia.

Entretanto, a classe que tinha maior poder político e econômico, tinha necessidade de distinguir-se da população nativa, negra e mestiça, tendo que os pensamentos dominantes na cultura medieval europeia foram primordiais como instrumento nesse sentido.

Nessa perspectiva, podemos observar que as leituras produzidas para o social através da orientação e regulamentação do sistema educacional, continuavam a produzir uma sociedade fragmentada e classificável a partir da lógica capitalista, de caráter mais reprodutivo que transformador, embora muito se pensou sobre as problemáticas do campo educacional e também programas foram executados, embora pautados em políticas públicas educacionais voltadas a formar um contexto social pautado na lógica do desenvolvimento econômico.

3. A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E RETROCESSOS

O sistema educacional brasileiro se constitui como elemento formador da ideia de Estado nacional, e de relevância fundamental, como observamos no capítulo anterior, para o desenvolvimento sócio econômico do país e consequente processo de qualificação profissional.

Nessa perspectiva, podemos observar o interesse do Estado em desenvolver políticas públicas educacionais para atender a demanda de uma sociedade iletrada e ainda carente de um sistema de ensino que atendesse suas complexas demandas. Atualmente, a educação no Brasil tem passado por diversas reformas, tanto em sua estrutura organizacional dos sistemas de ensino, quanto em seus referenciais teóricos, no entanto, a construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional representa um significativo avanço no seu processo de estruturação das demandas educacionais.

Toda Lei nova carrega algum grau de esperança, mas carrega alguma forma de dor, já que nem todos os interesses nela previamente depositados puderam ser satisfeitos. Esta lei, de modo especial, registra as vozes que, de modo dominante, lhe deram vida. Mas registra, também, vozes recessivas umas, abafadas outras, silenciosas tantas, todas

imbricadas na complexidade de sua tramitação. Por isso a leitura da LDB não pode prescindir desta polifonia presente na Lei, polifonia nem sempre afinada, polifonia dissonante.(CURY, 1997, p. 13-31).

Como todo projeto, a LDB está longe de ser tudo de que se precisa para dar andamento a uma reforma educacional, já que está também deve se constituir na vivência do processo. O que significa que nem tudo o que ela se propõe foi implantado. Muitas diretrizes nem se quer foram efetivadas. As transformações propostas foram se dando aos poucos e ainda se processa. Muitos artigos foram considerados sem sentido. Mas são incontáveis as variáveis que afetaram o processo educativo após a criação da LDB.

A partir daí, pode-se analisar como a educação brasileira passa por avanços e retrocessos. E um dos pontos de pauta desse processo de avanços na educação brasileira, é o EJA (Escola de Jovens e Adultos), marcada como um ponto decisivo no processo de desenvolvimento econômico do país, que desafia as autoridades reforçando a ideia de uma política compensatória, no sentido de que não tem idade adequada para escolarização, que o dever do Estado é investir e que a educação é direito de todos.

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada como a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art.205. Capítulo III da Educação)

Assim, foi sendo desenvolvida a história da EJA no Brasil, com seus avanços e retrocessos que, ao longo do tempo ainda não é vista como uma educação compensatória e sim como investimentos para a economia do país, não tem-se a preocupação no processo laboral e intelectual do sujeito que não teve o direito de estudar na idade própria. Como mostra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 Art. 37, a EJA é um ponto de partida como modalidade regular da Educação Básica, que possibilita o discente a sequência da escolaridade que não teve acesso a esse direito na idade própria.

Os avanços e retrocessos da educação brasileira estão ligados a falta de políticas públicas eficientes, a falta de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a falta de um programa pedagógico que reconheça a diversidade que a constitui, que o aprender, o ensinar e a pesquisar, são elementos fundamentais de formação do sistema educacional.

Além das questões levantadas, ainda destacamos a falta de estruturas físicas coerentes com as atuais demandas sociais e educacionais. Apesar de hoje a educação brasileira, ter tido grandes avanços, considerando-se seu histórico, e suprido um pouco da deficiência ainda existente, é indiscutível a demanda por mais investimentos. Que os governantes voltem-se para educação com desejos de mudanças/melhorias, para que se efetive a proposta de uma educação transformadora e não classificadora e reprodutora de desigualdade social.

A sociedade ainda consta com a limitação na educação com a baixa condição socioeconômica e o sistema educacional brasileiro continua amplo e ambicioso, que sugerem um conjunto de ações, que demandam aumentos significativos não apenas de investimentos, mas como também de uma coordenação e avaliação eficiente na gestão administrativa.

3.1– AEJA e a Dura Realidade Enfrentada pelos Docentes e Discentes

Apesar de alguns desafios já vencidos na educação brasileira, a sociedade ainda enfrenta um grande desafio, sanar o alto índice de analfabetos adultos que ainda contabilizam as estatísticas educacionais, mesmo com as reformas educacionais preconizadas nos últimos 30 anos, ainda não foi possível o Brasil vencer esse desafio e mantém esse macro problema educacional.

Em 2007, a escolaridade média era de 7,3 anos, abaixo dos oito anos de escolaridade obrigatória estabelecida como lei desde 1971 (lei n. 5.692/71) e da meta de implantação gradativa dos nove anos até 2010 (lei

n. 11.274/06). Essa média cai para 6,3 anos se a população é preta ou parda, 6 anos para os que moram no Nordeste, 5 anos para os 20% mais pobres e 4,5 anos para a população que vive na zona rural. A desigualdade nos níveis de escolaridade acompanha as conhecidas desigualdades da sociedade brasileira, ajudando a reproduzi-las. (HADDAD, Sergio, 2008, p. 12).

É visível a desigualdade nos níveis de escolaridade no Brasil e como esses dados são representativos para se analisar as desigualdades sociais existentes. O não acesso à escola na infância, a baixa qualidade do ensino ofertada, a má formação e a não qualificação docente, caracterizam um sistema educacional ainda carente e ineficiente para com o seu objetivo: formar cidadãos críticos e capazes de atender as demandas sociais vigentes.

Numa sociedade que ainda não consegue educar de forma satisfatória e regular seus cidadãos, a EJA se torna uma ferramenta importante na vida dos sujeitos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade regular, pois permite aos mesmos a possibilidade de “inclusão” social, através do entendimento e decodificação simbólica das normas sociais.

Outra problemática presente nesse processo é a falta de qualificação docente para o trabalho com a EJA, fator esse que influencia diretamente na qualidade desse ensino. Destacando que, reconhecer as limitações e diferenciações existentes na Educação de Jovens e Adultos não os inferioriza, mas nos dá a possibilidade de produzir uma perspectiva educacional que se proponha a suprir as demandas específicas dessa modalidade.

Um dos fatores que fortemente sensibilizam as ações educativas na escolarização de jovens e adultos é o despreparo docente. Fica difícil trabalhar ou explorar as dinâmicas da EJA, sendo que o docente não pode conviver em sua formação inicial, experiências e reflexões relativas à escolarização de jovens e adultos. (OLIVEIRA, Keli, 2009)

Portanto, há uma complexidade neste processo, pois inclui-se vários fatores para que aja a melhoria na educação brasileira, desde o incentivo e apoio governamental e da gestão escolar até a preparação dos docentes na EJA.

Uma das primeiras dificuldades do professor está relacionada ao contexto cultural e às dificuldades apresentadas pelos alunos com os quais ele trabalhará em sala de aula. Devido à preocupação e ansiedade para trabalhar os conteúdos propostos com esses alunos, o professor acaba desconsiderando seu conhecimento prévio. (GRAMILICH, Sandra, p.4)

Diante de dificuldades como essas encontradas em sala, o professor da EJA deverá refletir e buscar métodos satisfatórios para que os conteúdos ministrados se processem a partir do meio sócio cultural no qual o discente está inserido, para que haja compreensão sobre a realidade do que é ensinar e sua importância para a construção cidadã.

O educador da EJA deve estar embasado teoricamente para dialogar com os métodos que despertem no jovem e no adulto a conscientização, a criatividade e o interesse em querer saber sempre mais e em reconhecer-se no contexto de vivência. Para isso, é necessário que o material didático utilizado pelo educador seja construído a partir de debates entre o educador e os alunos, propiciando um saber democrático e de produção de criticidade.

Para Freire (1998, p. 72) “a prática docente, especificamente humana é profundamente formadora e por isso ética”, ao considerar no outro, o aluno, um indivíduo constituído e apto ao raciocínio e a produção do saber. Sua lucidez e sua responsabilidade é de grande importância para a formação de jovens e adultos.

A Resolução CNE/CEB nº.1 do ano de 2000, é responsável por estabelecer através da Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para os alunos da EJA, esclarecimento aos educadores e gestores sobre o público dessa modalidade de ensino, constituindo-lhe uma identificação peculiar, levando em conta sua idade, sua experiência e o que é mais relevante, sua diversidade, porém demonstrando a sua igualdade de direitos por uma educação de qualidade. Portanto, se deve destacar que o ensino da EJA necessita ser pensado a partir de uma necessidade específica, mas essa necessidade não deve-lhe conferir depreciações e sim peculiaridades.

Autonomia enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser, não ocorre em data marcada, é neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrado em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 1998, p. 121).

O entendimento do contexto vivido pelo educando é de fundamental importância para o estabelecimento da prática pedagógica do educador, o mesmo deve ter completo conhecimento da realidade social concreta para que tenha condições de produzir uma criticidade reflexiva, mediando a construção do conhecimento a partir da realidade do mundo do educando, desenvolvendo uma dinamicidade no processo de ensino aprendizagem.

A alfabetização de jovens e adultos exige que o educador possua uma visão de mundo, de sociedade, de contexto amplamente crítica, adequando os conteúdos formais a realidade do educando, permitindo a este a construção de um conhecimento reflexivo sobre sua identidade social. Segundo Freire (2001, p.09), “às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor”.

O professor é responsável pelo despertar de um novo mundo, por novas possibilidades de existência, por construções sociais. O mundo do conhecimento deve ser sempre ilimitado e entendido como uma possibilidade presente, crescente e futura. O educador é o professor que tem em seu aluno a possibilidade do ser.

No entanto, a sociedade produz o educador num processo sem fim e de complexidade crescente. A qualidade técnica e profissional do educador está sempre submetida ao controle social pelos dispositivos legais que lhe atribuem este grau e que lhe assegura o exercício da docência. Neste sentido, compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, procedendo uma análise de sua própria realidade, constituindo consciência crítica de sua conduta e desempenho.

Desta forma, a capacitação crescente do educador é realizada através de duas vias: a via externa, em que é representada por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leituras de periódicos especializados, dentre outros. Já quanto à via interna é representada no que diz respeito à indagação à qual cada professor se submete de forma relativa ao cumprimento de seu perfil social.

Assim, uma forma em que se pratica com grande eficiência esta análise é o debate coletivo, a crítica recíproca, a relação direta ente professor e aluno, mas também a permuta de pontos de vista, para que os educadores conheçam opiniões de seus colegas sobre os problemas comuns, as sugestões que os outros fazem e se aproveitam das conclusões destes debates, ou seja, a produção do diálogo.

Atualmente, quando se trata da educação de jovens e adultos, os debates indiscutivelmente giram em torno do processo de ensino-aprendizagem, e como a relação estabelecida entre as partes, professor e aluno, interferem na dinâmica da sala de aula, e conseqüentemente na qualidade de ensino desenvolvida, ou seja, um ensino-aprendizagem tem novas perspectivas de desenvolvimento. Desta forma, percebe-se que o professor ao ensinar a uma educação de jovens e adultos é preciso que tenha uma formação diferenciada, que o faça conhecer as necessidades essenciais desses discentes, pois o educador tem que ter consciência de sua importância na promoção do educando. Segundo Arbach (2001, p. 19).

A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente.

Assim, é notório que o professor da EJA deva estar sempre atento as necessidades essenciais dos discentes quanto as suas dificuldades de aprendizagem, como também o docente deve sempre compreender que as diferenças sociais no que diz respeito à cultura, a religiosidade, sua língua, às identidades instituídas devem ser em primeira instância respeitados de forma plural e igualitária, constituindo um saber cidadão.

A EJA é uma proposta educacional voltada a atender uma demanda social de inclusão e qualidade educacional, proporcionando aos jovens e aos adultos o direito de buscar a sistematização dos seus conhecimentos através da escolarização, que buscam seu pertencimento enquanto cidadão de direito, através de esforço de mobilização, capacitação técnica e científica. Mostrando que mesmo diante de muitas dificuldades a EJA consegue formar cidadão para o mercado de trabalho e proporcionar o bem-estar e

a concretização de sonhos de pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa e quebrar a corrente de pensadores que dizem que para estudar tem a idade certa, não existe idade certa para quem quer aprender, e essa é a função da EJA, despertar nos sujeitos a vontade de voltar a aprender.

4. O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA NA EJA

4.1 - Pedagogia Freireana: uma referência para a Educação de Jovens e Adultos

Paulo Freire foi considerado na década de 60 no Brasil, o responsável por construir uma nova visibilidade a educação de jovens adultos no Brasil. Freire propõe uma nova pedagogia, a libertadora, onde o ensino se torna uma ferramenta para se pensar, ler e interagir com o mundo social, desconstruindo a ideia de um conhecimento já pronto e acabado. Ele acreditava que o ato de educar deve contemplar o pensar e o concluir, contrapondo a simples reprodução de ideias impostas - alfabetização deveria ser sinônimo de reflexão, argumentação, criticidade e politização.

Desta forma, em detrimento do sucesso da experiência adquirida, passou a ser reconhecido através de seu sistema bem pensado, onde ocasionou mudança para o paradigma teórico-pedagógico sobre a Educação de Jovens e Adultos. Pois, na alfabetização, há muitos séculos vem se utilizando o método silábico de aprendizagem, ou seja, é uma ideia em que ocorria mediante o conhecimento das sílabas e de que a junção das mesmas acabaria a formar qualquer que seja a palavra. Nessa perspectiva, segundo o autor, a educação não seria atrativa, mas mecânica, sem vínculos com o mundo social de atuação.

Ao pensar em alfabetização de adultos, Freire considerou a ausência de sentido presente nas lições das cartilhas, com frases desvinculadas da realidade social do aluno-que após trabalhar o dia todo, sentava em uma cadeira, preocupado com o gás, a água, a energia elétrica, o alimento e o salário do mês - e ouvia frases como “O boi baba e bebe” ou “Vovô viu a uva”. Nesse sentido qual a importância de se ler e escrever? Qual

sua funcionalidade social? Uma mudança seria eminentemente necessária. As atividades apresentadas a Freire também eram desmotivadoras ao processo, pois traziam suas respostas prontas, sem a necessidade de uma reflexão sobre o assunto. As práticas pedagógicas alfabetizadoras estavam desvinculadas da realidade de seus educandos.

Por isso, que os alunos ao iniciar essa prática pedagógica sempre recebiam cartilhas com sílabas e orientação do professor a juntar as sílabas para se formar as palavras e frases soltas, que na maioria das vezes só acabavam memorizando-as e repetindo-as e não as aprendendo. Assim, mediante essa concepção exposta anteriormente não se criava um pensamento crítico, pois o que era importante nesse método de ensino não era aprender e entender o que estava sendo escrito, mas sim dominar o código que estava sendo abordado.

Assim, a maneira que vem surgindo novas concepções, é preciso que o educador e o educando possuam uma relação direta, porém interagindo um com o outro para que venha a aperfeiçoar seus conhecimentos. Desta forma, o ensino-aprendizagem vem passando por um processo de modificação, ou seja, são criados novos métodos e mecanismos de aprendizagem, de forma que o educador transmita o conteúdo a ser ensinado em sala de aula, mas se preocupando se o aluno está entendendo o sentido para o sistema da escrita, em detrimento de temas, ligado ao seu cotidiano.

A construção de propostas pedagógicas que utilizando estratégias que contemplem componentes linguísticos, sociais, econômicos, educativos, entre outros.

Diante dessa nova percepção de alfabetização, o processo de construção do conhecimento passa por adequações, contemplando propostas pedagógicas que estrategicamente contemplem componentes linguísticos, sociais, econômicos, educativos, nos diálogos ocorridos em sala de aula na relação existente entre o professor e aluno.

Portanto, Paulo Freire (2002) ao criar sua ideia quanto à alfabetização da EJA sempre levou em conta a realidade do aluno, suas experiências adquiridas no dia-a-dia, suas apreciações, mas também a sua história de vida. No entanto, esses dados que foram mencionados devem ter organização e coerência a fim de que o conhecimento fornecido pelo aluno, o conteúdo que será ministrado em sala de aula, a metodologia adotada, mas também os materiais utilizados sejam condizentes e adequados às

realidades presentes dos alunos. Pois, o desenvolvimento do processo de alfabetização se dá a partir do momento que o professor e o aluno caminham juntos nessa trajetória de alfabetização, porém interagindo um com o outro de forma que o conhecimento adquirido no cotidiano do aluno possa ser aproveitado e tenha coerência com o conteúdo que está sendo ministrado pelo educador que segundo Freire (2002, p. 58).

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

Portanto, é importante ressaltar que o método de ensino de Paulo Freire tem como função a alfabetização, porém atuando de uma forma a ter em vista a libertação. Assim, esta libertação se dá não apenas por meio de um padrão descritivo de interpretação pelo fato de ser subjetivo, ou seja, não acontece apenas em um campo cognitivo, mas também em outros campos sejam social-cultural e político. Deste modo, o processo de ensino e aprendizagem de Matemática na EJA deve incorporar à prática pedagógica conceitos, procedimentos e atitudes relativos ao conhecimento matemático e desenvolvidos em meio às vivências dos alunos, os quais emergem suas interações sociais, experiências pessoais e profissionais e integram sua cultura.

Para Freire a educação se dá na interação na vivência com o outro, onde nesse processo, o educador não se constitui enquanto detentor do saber, mas como orientador do processo de produção do conhecimento, mediador da construção de sentido percebido pelo educando em sua experiência, mediando a construção de sentido e levando o leitor a refletir sobre sua realidade e tomar postura em relação à vida, à sociedade e à escola, interagindo com o texto para que essa leitura venha a produzir sentido.

4.2 As Deficiências Enfrentadas pelos Alunos da EJA nos Conteúdos Matemáticos

Como construção lógico-dedutiva, como exercício de pensamento ou como auxiliar na experiência humana, o conhecimento matemático permeia a linguagem e as práticas cotidianas. Para alguns desperta interesse e instiga, para outros pode ser indiferente. Mas, para muitos, a assimilação (ou não) do conhecimento matemático no contexto escolar pode tornar-se constrangedor, gerando dificuldades, rejeição e pouco aproveitamento. Assim questiona-se, frequentemente, tanto os limites da construção como as formas de apropriação desse conhecimento.

Várias dificuldades de aprendizagem apoiam-se em consensos como, por exemplo, que a Matemática é, por excelência, uma ciência abstrata e por isso mais difícil de ser assimilada; ou, ainda, que sua compreensão exige do aprendiz posturas e habilidades especiais. Dentre tantos que permeiam os vários contextos, os consensos podem se caracterizar como constitutivos da representação social da Matemática em um dado grupo, contribuindo por discernir motivos que levam (ou não) à sua expansão enquanto conhecimento a ser socializado.

A compreensão do conhecimento matemático a alguns anos tem se tornado um desafio, tanto para docentes quanto para discentes. Como exercício de pensamento, como prática cotidiana e como construção lógica.

A princípio a matemática corresponde a uma ciência que se encontra em constante evolução, onde é caracterizada por conhecimentos que vem de teorias bem apuradas, classificando-se como sendo uma especialidade, na qual tem utilidade para todas as disciplinas, como também, vem promovendo um papel importante para a ciência atual.

Assim, o estudo da matemática não é puramente mecânico, no entanto, ele parte de uma construção, na medida em que a sociedade utiliza-se, portanto a matemática está ligada a compreensão do significado de um objeto ou acontecimento, partindo daí para o desenvolvimento lógico que segundo Parra apud Santos J.A; Santos L.S.B.dos; França (2007, p. 14).

O mundo atual é rapidamente mutável, a escola como os educadores devem estar em contínuo estado de alerta para adaptar-se ao ensino, seja em conteúdo como a metodologia, a evolução dessas mudanças que afetam tantas condições materiais de vida como do espírito com que os indivíduos se adaptam a tais mudanças. Em caso contrário, se a escola e os educadores descuidarem e se manterem estáticos ou com movimento vagaroso em comparação com a velocidade externa, origina-se um afastamento entre a escola e a realidade ambiental, que faz com que os alunos se sintam pouco atraídos pelas atividades de aula e busquem adquirir por meio de uma educação informal os conhecimentos que consideram necessários para compreender a sua maneira no mundo externo.

No entanto, atualmente, a matemática veio a se tornar algo importante para a sociedade como um todo, pois à medida que se passa o tempo surgiu a necessidade de se aperfeiçoar a um mundo de mudanças, desta forma, é preciso que os profissionais venham a se preparar de uma forma aprofundada na área de exatas. Assim, a matemática está sendo muito utilizada em grades curriculares pelo fato de estar proporcionando ao profissional diferentes formas de aprendizagem, mas também, promovendo melhores desempenhos para o mercado de trabalho em termos de raciocínio lógico.

Contudo, a disciplina de matemática tem sido algo preocupante para os professores, pois ainda existe a deficiência dos alunos, tanto da EJA quanto aos alunos de outras modalidades, quando se trata dos conteúdos matemáticos.

Segundo Pontes (1994), a principal razão de insucesso dos discentes em relação à disciplina está relacionada na maioria das vezes pela falta de interesse dos mesmos, como também pelo fato dos conteúdos matemáticos serem muito difíceis de entender, o que acaba impossibilitando a aprendizagem.

Além disso, percebe-se que existem outros agravantes quanto à dificuldade dos alunos da EJA aos conteúdos matemáticos, como o tempo que é utilizado pelo professor é considerado curto pelos alunos, onde a pressa para atender todo o programa de ensino acaba dificultando a aprendizagem do aluno, mas também outro agravante importantíssimo é que muitos dos alunos da EJA trabalham, o que na maioria das vezes acaba atrapalhando seus estudos que, de acordo com Parolin (2005, p. 119).

Professores da área, incomodados com o desamor à sua disciplina tem feito avanços importantes e significativos, tornando a matéria mais próxima ao cotidiano dos alunos disponibilizando, portanto, essa aprendizagem de forma mais agradável.

Portanto, é notório que o professor da EJA possua um compromisso responsável diante dos alunos, pois o mesmo é considerado um ser na qual tem o objetivo de preparar as gerações futuras para as mudanças a qual o mundo em que vivem os propõe, isto é, promover-lhes diferentes tipos de aprendizagem para que possam obter habilidades mediante o avanço tecnológico. Outro desafio que o professor da EJA deve encarar ao decorrer das aulas é aprender a lidar com os alunos, observando quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, quanto aos conteúdos matemáticos, para se conduzir uma sala de aula na EJA.

Concomitantemente, diante da tecnologia os conteúdos matemáticos ficaram mais complexos pelo fato da existência dos aparelhos eletrônicos, o que facilitava os alunos da EJA para os cálculos, no entanto, se esperava do educador mais competência quanto a sua forma de ensinar cálculos, pois os elementos tecnológicos estão facilitando a vida dos aprendizados, porém possibilitando com maior rapidez a realização das tarefas que são propostas pelo professor.

Desta forma, tanto os alunos da EJA como a comunidade em geral, requerem dos educadores mais habilidade quanto ao aprendizado das crianças autônomas, isto é, proporcionando soluções que venham a minimizar a deficiência que os alunos enfrentam quanto à matemática, como também desenvolver em sala de aula novas atividades que possibilite o aperfeiçoamento do aprender a calcular a matemática, sem o uso de calculadoras e computadores.

Nos dias atuais, com tanta mudança em que o mundo vem enfrentando é preciso não só a competência do educador matemático, mas também, das escolas, o que vem a ser de grande importância não apenas aos alunos, mas a sociedade no geral. Desta forma, o educador é um ser essencial na vida do homem, pois mesmo com essas mudanças tecnológicas a sociedade necessita dos ensinamentos profissionais, para sobreviver nesse mundo competitivo que, de acordo com Vitti apud Santos J.A; Santos L.S.B.dos; França (2007, p. 15).

É muito comum observarmos nos estudantes o desinteresse pela matemática, o medo da avaliação, pode ser contribuído, em alguns casos, por professores e pais para que esse preconceito se acentue. Os professores na maioria dos casos se preocupam muito mais em cumprir um determinado programa de ensino do que em levantar as ideias prévias dos alunos sobre um determinado assunto. Os pais revelam aos filhos a dificuldade que também tinham em aprender matemática, ou até mesmo escolheram uma área para sua formação profissional que não utilizasse matemática.

Assim, quando o professor possui uma relação direta com o aluno, maiores desempenhos irão surgir, pois o educador não apenas será um transmissor de conhecimentos e sim um mediador quanto ao ensino-aprendizagem, porém promovendo ao aluno passar de um agente passivo para um ativo, onde o mesmo irá fazer parte das tomadas de decisões, quanto às ideias que possam minimizar as dificuldades enfrentadas pela a matemática.

Portanto, a relação dialógica entre aluno e professor em sala de aula acaba proporcionando avanços quanto ao desenvolvimento cognitivo do discente, no entanto, irão se sentir mais curiosos e motivados a aprender os conteúdos matemáticos, podendo na maioria das vezes sanar as suas deficiências quanto à disciplina. É desta forma, em que o educador não será visto perante a classe estudantil como sendo apenas um transmissor de conhecimentos, mas também como um intermediário no processo de ensino-aprendizagem, onde o discente passa a ser um agente ativo e não passivo, porém passando a participar mais quanto às tomadas de decisões para solucionar determinados problemas existentes na matemática.

Assim, outro fato importantíssimo quanto a esse contexto é que os conteúdos matemáticos devem ser transmitidos em sala de aula de uma forma clara, aonde venha a promover sentido aos alunos na medida em que eles possam trazer a disciplina para o seu cotidiano. Sendo assim, quando se trata dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, as dificuldades são maiores pelo fato de muitos dos alunos passarem o dia trabalhando e a noite irem para o ambiente de aprendizagem, onde na maioria das vezes o cansaço desestimula o discente quanto ao ensino-aprendizagem da matemática.

Mas também é de grande relevância salientar que dentre as dificuldades existentes dos alunos da EJA quanto aos conteúdos matemáticos pode-se destacar o tempo aonde em certos casos os professores se veem obrigados a reduzirem os conteúdos que segundo Florianiapud Júnior (2008, p. 02).

A falta de tempo do educador leva-o a certos impedimentos de modificar sua prática pedagógica tendo como referencial um plano que sane as dificuldades diárias. É esse obstáculo na vida profissional do professor, especificamente o de matemática, que o faz viver em constante reflexão acerca de quão grande problemática. "Resta acrescentar ainda que a união entre teoria e prática é, talvez, uma das melhores formas de superar a mediocridade na educação escolar.

No entanto, isto acaba prejudicando os alunos, pois a matemática se trata de uma disciplina em que possui uma correlação lógica, ou seja, os conteúdos possuem uma ligação, desta forma, o aluno quando perde uma aula, acaba se tornando impossibilitado de entender o próximo conteúdo. Desta forma, este fato precisa ser adotado em qualquer organização ou planejamento curricular, porém interligando pré-requisitos para os conteúdos posteriores.

Segundo Sadovsky (2007) as dificuldades dos alunos da EJA quanto aos conteúdos matemáticos tratam-se da falta de investimentos quanto à qualificação dos educadores, mas também pela o fato das escolas atuarem utilizando abordagens superficiais e mecânicas no ambiente de aprendizagem.

A matemática não vem a ser uma disciplina fácil de aprender, mas é de suma importância que os educadores da EJA criem novas práticas e métodos que estimulem o ensino de maneira que os alunos possam aprimorar com mais clareza a matemática, porém mostrando que a disciplina é algo signficante para o dia-a-dia.

Desta forma, a matemática é uma disciplina que precisa ter desempenho tanto do educador da EJA quanto ao ensinar, mas também do aprendizado quando se trata de um raciocínio lógico aprofundado mediante a disciplina. Consequentemente, a função básica do professor é aprimorar o desenvolvimento do raciocínio lógico do aluno quanto às mudanças tecnológicas que o mundo vem enfrentando.

No entanto, é de grande importância que os educadores venham a esclarecer aos alunos que a matemática é uma disciplina essencial na sua vida, em que eles possam enxergá-la como uma necessidade seja natural, científica e social, ou seja, os professores de matemática ao iniciar o ano letivo devem mostrar aos alunos o objetivo de ensinar e o de aprender a disciplina, portanto, ainda existem alunos em que não conhece a essencialidade da matemática em sua vida.

Assim, um dos objetivos essenciais da disciplina é minimizar os problemas do contexto social, pois caso a matemática não existisse não haveria a possibilidade de calcularmos os problemas existentes em nosso país, como também era impossível a atuação das fábricas de carros, de motocicletas dentre outras, porém quando se trata da fabricação de qualquer produto ou objeto, é preciso que tenha um conhecimento aprofundado quanto a essa ciência.

4.3 A Importância do Conhecimento Matemático

No entanto, a disciplina da matemática juntamente com a escrita e a leitura vem a ser de útil importância na vida do indivíduo, pois a falta de conhecimento básico com relação aos conteúdos matemáticos só tem a ocasionar as pessoas problemas no dia-a-dia. Desta forma, a matemática é uma ferramenta de grande relevância para a vida financeira do indivíduo, mas também para o desenvolvimento de sua vida pessoal, sendo assim, percebe-se que a matemática é uma disciplina que pode estimular ou viabilizar de forma decisiva inúmeras atividades na vida de um ser humano que de acordo com o PCNs Matemática (BRASIL, 2001, p. 19).

A matemática é componente importante na construção da cidadania, na medida em que a sociedade se utiliza, cada vez mais, de conhecimentos científicos e recursos tecnológicos, dos quais cidadãos devem se apropriar. A matemática precisa estar ao alcance de todos e a democratização de seu ensino deve ser meta prioritária do trabalho docente.

Desta forma, o ensino-aprendizagem da matemática quando colocado em primeira instância pelos educadores, pelo fato de se desenvolver com maior rapidez e melhor eficiência. Esta estratégia de aprendizagem é muito importante, pois à medida que o aluno possui um alto conhecimento quanto à disciplina da matemática terá também maior possibilidade de desenvolver outras disciplinas que fazem parte da educação. Este fato ocorre por diversos motivos, no entanto, o aluno que adquire em sua aprendizagem um alto nível de desenvolvimento matemático, acaba adquirindo um elevado raciocínio, como também uma facilidade em entender não apenas matérias que são ligadas a cálculos como matemáticos, físicos e químicos, mas também outros conteúdos que envolvem a área de humanas.

Contudo, é importante ressaltar que quando se trata do desenvolvimento do aluno ao estudo da matemática não deve apenas fazer contas aritméticas, mas também adotar métodos que venham a aprimorar o conhecimento do aluno a disciplina que será tratada. Assim, o aluno acaba se tornando uma pessoa mais confiante no seu potencial, onde irá promover ao mesmo capacidade de desenvolver seu próprio entendimento.

Portanto, a matemática é uma disciplina em que une a vida do aluno a todas as suas atividades realizadas, isto porque os conteúdos matemáticos são pré-requisitos, ou seja, à medida que se perde um conteúdo não terá como desenvolver o próximo, pois os conteúdos possuem uma ligação um com o outro, o que acaba possibilitando o indivíduo a se preocupar mais com a matemática, porém possibilitando ao mesmo a adquirir uma mentalidade crítica e lógica quanto à disciplina. Assim, com esse aumento da capacidade mental do indivíduo novos aspectos foram surgindo tal como: as pessoas ficaram mais esclarecidas quanto àquilo que desejam fazer, para que pudessem aprimorar sua qualidade de vida, mas também daquelas pessoas que fazem parte do meio em que vivem que segundo Lima (2006, p. 13).

A Matemática é uma disciplina que provoca sensações contrárias, tanto por parte dos educandos quanto por parte dos educadores. Ao mesmo tempo, que se sabe que é considerada uma disciplina importante, existe por outro lado a insatisfação frente a resultados negativos obtidos com frequência na realidade escolar.

Na necessidade que a matemática está presente fica claro demonstrar a especificidade do conhecimento no ensino-aprendizado e também no dia-a-dia do educando. Quando a matemática é bem trabalhada na sociedade, passa a ser observada nos seus problemas e nas suas tomadas de decisões para solucionar determinadas dificuldades. O fato é que a relevância do conhecimento matemático para o indivíduo parte também do mundo globalizado, uma vez que vivemos no mundo em que o capital prevalece no nosso cotidiano e nos dá a possibilidade de grandes vantagens.

No ponto de vista da insatisfação, traz muitos resultados negativos na vida escolar do aluno, onde o mesmo precisa de conteúdos centrados na sua realidade, pois muitas vezes estudam diferentes conteúdos que não estão apropriados para a sua vida profissional.

Desta forma, a partir do momento que o indivíduo já tem um conhecimento matemático, ele passa a ter uma maior habilidade para trabalhar na operacionalidade dos negócios, pois a uma necessidade de não apenas aprendermos a somar e diminuir, na vida financeira, mas também é preciso que levem uma bagagem tanto da realidade, quanto do que aprendemos na escola ao longo da vida, já que tudo é utilizado na sociedade.

Pois, quando o assunto se trata do Ensino da Matemática é fundamental que o educador procure identificar quais as dificuldades essenciais a qual os alunos adquirem quanto aos conteúdos matemáticos, porém se preocupando em conhecer as principais características, estratégias e o ensino da disciplina, para que possam transmitir os conteúdos de forma correta e clara, aonde os alunos venham a entender o que o professor está dizendo.

4.4 As práticas para se desenvolver o saber matemático para o aluno.

A princípio, estas práticas existentes na maioria das vezes podem ser desenvolvidas pelos professores ao transmitirem seus conhecimentos quanto à disciplina, mas também veem do conhecimento de determinados alunos, pela qual q é desenvolvido no seu dia-a-dia. Desta forma, o ensino da matemática é repassado

diariamente, pois a matemática é uma disciplina de útil importância para todas as atividades mesmo sem que percebermos, assim, este ensino vem a ser empírico, aonde irá fazer parte até o fim da vida do indivíduo, de modo que se una ao conhecimento a qual foi adquirido pelo educador, então nota-se que a escola necessita tanto do conhecimento do aluno já em mente, mas também das dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de ensino-aprendizagem que de acordo com PCNs Matemática (BRASIL, 2001, p. 38).

No entanto, apesar dessa evidência, tem se buscado, sem sucesso, uma aprendizagem em matemática pelo caminho da reprodução de procedimentos e da acumulação de informações; nem mesmo a exploração de materiais didáticos tem contribuído para uma aprendizagem mais eficaz, por ser realizada em contextos pouco significativos e de forma muitas vezes artificial. É fundamental não subestimar a capacidade dos alunos, reconhecendo que resolvem problemas mesmo que razoavelmente complexos, lançando mão de seus conhecimentos sobre o assunto e buscando estabelecer relações entre o já conhecido e o novo.

No entanto, é fundamental que o professor ao transmitir os conteúdos ao aluno leve em consideração não apenas seu conhecimento, mas também as informações que o aluno já possui quanto à disciplina, pois desta forma acabará esclarecendo as dificuldades dos aprendizados, assim, quando o educando aprende a visualizar o que está fazendo, o seu aprendizado se torna menos artificial, a partir daí ele começa a desenvolver o seu conhecimento peculiar.

Dessa maneira, é importante que o professor adote métodos diferenciados para que suas aulas se tornem diversificada, porém abordando tudo aquilo que acontece de atual no mundo globalizado, tal como, jogos matemáticos, dinâmicas em sala de aula, dentre outros. Portanto, o educador ao ministrar a disciplina é notório que faça sempre uma relação dos conteúdos matemáticos com a modernidade que existem em todas as áreas das ciências, sejam elas, humanas, biológicas e exatas. Assim, o bom professor de matemática é aquele que sempre busca ministrar os conteúdos fazendo uma relação com a atualidade e as outras disciplinas.

Seguindo essa premissa, o professor necessita procurar novos métodos para que o educando tenha prazer de assistir as aulas, e a partir daí descobrir novos rumos e adquirir um conhecimento mais amplo deixando de lado a decoreba e desenvolvendo sua aprendizagem de maneira mais clara, sabendo distinguir e comparar os problemas resolvendo-os no instante que eles apareçam que Oliveira; Cunha (2009, p. 96)

[...] a organização da prática pedagógica em Matemática é instituída com base no pressuposto de que o professor tem toda a responsabilidade e todo conhecimento necessário para estabelecer todo o processo educativo, determinando o que ensinar, como ensinar e quando ensinar, cabendo ao aprendiz seguir o modelo pensado pelo mestre.

A partir daí, percebe-se que o aprendizado do educador necessita de uma comunicação e o educando precisa ter mais interesse para que a disciplina de matemática não se torne uma técnica e sim um conhecimento adquirido. Portanto, no ensino da matemática não é utilizado mero memorização, mas sim um aprender mais aprofundado dos conteúdos para que os alunos aproveitem em sua vida pessoal.

No entanto, o professor é visto como um transmissor de conteúdos para os alunos, onde realizam atividades repetitivas, memorização de definições e procedimentos, assim, os alunos passam a ouvir a falação do professor para reproduzir o que tem no livro didático, em que acabam praticando todo seu conhecimento com as informações repassadas pelo educador e, por fim, memorizam tudo para fazer a prova.

Partindo da prática pedagógica o educando não irá trabalhar apenas somente com os conteúdos matemáticos, ou seja, vai usar também outras definições de aulas anteriores, passando assim para melhor resolver problemas matemáticos existentes no cotidiano do indivíduo, mostrando que a matemática está presente em nossa vida.

É grande a relevância na resolução do problema, pois o aluno deve se conscientizar que o seu conhecimento já adquirido no dia-a-dia é importantíssimo para a dinâmica do conteúdo que estará sendo tratado em sala de aula, assim, os educadores precisam ficar atentos de que esta visão e todo o conhecimento que o aluno aprende na escola e na realidade passa a se tornar um mecanismo de desenvolvimento para o aluno, isto porque, acaba promovendo uma aula mais proveitosa e de fácil entendimento para

os mesmos, para isto o educador passa a utilizar exemplos em suas aulas sobre o conteúdo que estará sendo ministrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a pesquisa bibliográfica sobre a importância das dificuldades apresentadas pelos alunos da EJA no ensino da matemática, pode-se salientar que, sua relevância maior consiste no aprendizado dos conteúdos matemáticos como instrumento de transformação para o futuro, envolvendo todos os elementos do processo ensino-aprendizagem a fim de minimizar as possíveis dificuldades existentes. Entretanto reapresentamos aqui aquelas que foram mais significativas para os alunos da EJA, permitindo que as dificuldades na aprendizagem sejam muito profundas e envolvem desde a chegada do aluno à escola, chegando à falta de tempo que o discente não tem para estudar, como também o fato de ter estado muito tempo fora da sala de aula. Outro fator agravante também é o tempo que o aluno não tem para receber as explicações do assunto abordado.

Os alunos da EJA normalmente chegam cansados do dia-a-dia da labuta, não dispondo de tempo para seu aprendizado de matemática, portanto, o professor da EJA deve utilizar o amplo acesso de conhecimento e habilidades adquiridas pelos discentes de modo informal, por suas experiências de vida acumulada na família, na comunidade e no seu trabalho. O docente deve também ser sensível a esses saberes que os alunos já possuem.

Os professores de Jovens e Adultos precisam estar atentos a esses fatores encontrados na matemática e procurar melhor solução para atingir o objetivo e desenvolver o aprendizado destes alunos e suas dificuldades na disciplina de matemáticos, que é o maior desafio enfrentado por todos.

No entanto, a muito a ser questionado sobre o ensino da matemática na vida dos educandos, e o que se pode fazer para minimizar esses problemas é buscar soluções, caminhos e estimulá-los para que desta forma a matemática se torne uma disciplina agradável para educandos e educadores se estudada de forma correta e estimuladora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBACHE, Ana Paula Bastos. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação E Cultura – Educação de Jovens e Adultos: Proposta curricular para o 1º segmento de ensino fundamental**. Brasília: MEC/SEP, 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Flexibilidade e avaliação na LDB**. In Seminário o que muda na educação brasileira com a nova Lei de Diretrizes e Bases? Anais. São Paulo, 1997. São Paulo, FIESP/SESI/SP/SENAI/SP, 1997, p. 13-31.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FRIEDRICHET, Márcia et al, **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil:** de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867.pdf>>. Acesso em: 12 de fev. de 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise no trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos.** São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMILICH, Sandra. **Dificuldades encontradas no processo de Educação de Jovens e Adultos.**

HADDAD, Sérgio. **A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI.** São Paulo, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara, (1994). **Diretrizes de política nacional de educação de jovens e adultos:** consolidação de documentos 1985/1994. São Paulo: CEDI, Ação Educativa, ago.

_____. **A participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI.** São Paulo, 2008.

JÚNIOR, Gilson Tavares Paz. **As dificuldades no ensino de matemática.** 2008. 04p. Dissertação (Licenciatura plena em Matemática) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba – PB. Disponível em:<<http://www.webartigos.com/artigos/as-dificuldades-no-ensino-de-matematica/5488/>>. Acesso em: 19 de mai. de 2014.

LIMA, Cristiane Scheffer da Silveira de. **As dificuldades encontradas por professores no ensino de conceitos matemáticos nas séries iniciais.** 2006. 61 p. Curso de pós-

graduação (Especialização em Educação Matemática) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma – RS.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O. Ensinar Matemática: perspectivas teóricas e práticas de professores. In: FONSECA, S. G. (Org.) **Ensino Fundamental: Conteúdos, Metodologias e Práticas**. Campinas SP: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Keli. **Educação de Jovens e Adultos: Um reflexo da sociedade e política na educação brasileira atual**. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/educacao-de-jovens-e-adultos-um-reflexo-da-sociedade-e-politica-na-educacao-brasileira-atual/30770/> em 9 de junho de 2009.

PAIVA, Vanilda Pereira (1981-1982). **MOBRAL: um desacerto autoritário I, II e III**. Rio de Janeiro: Síntese, Ibrades, n. 23-24.

_____. Educação Popular - Educação de Adultos, Edições Loyola, São Paulo, 1987.

PAROLIN, Isabel. **Professores formados: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2005.

PCN's: **Parâmetros Curriculares Nacionais**/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. – 3ª Ed. Brasília: A secretaria, 2001.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1996.

PONTE, J. P. **Matemática: uma disciplina condenada ao insucesso**. NOESIS, n. 32, p. 24-26, 1994. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94>>. Acesso em: 10 de fev. de 2014.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.) Educação de jovens e adultos – Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental São Paulo / Brasília, 1997.

SANTOS, Josiel Almeida; FRANÇA, Kleber Vieira; SANTOS, Lúcia S. B. dos. **Dificuldades na aprendizagem de matemática**. 2007. 41p. Monografia (Curso de Licenciatura em Matemática) - Centro Universitário Adventista de São Paulo – CUASP, São Paulo-SP.

Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/MATEMATICA/Monografia_Santos.pdf>. Acesso em: 10 de fev. de 2014.

SASOVSKY, Patrícia. As melhores estratégias para ensinar os conteúdos de matemática. **Revista Nova**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN: Matemática. MEC, Brasília, 1997.

SAVIANI, Demerval. **O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional**. IN: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei & SANFELICE, José Luís (orgs.) História da Educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. – Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

SOARES, Leônicio J G. A. **Política de Educação de Adultos a Campanha de 1947**. Belo Horizonte: Educação em Revista, 1998.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TORRES, Carlos Alberto. Democracia, **Educação e Multiculturalismo**: Dilemas da Cidadania em Mundo Globalizado. In: Teoria Crítica e Sociologia Política da Educação. Carlos Alberto Torres (org). São Paulo: Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. universidade de Brasília, Brasília, 2004.